

O TEMPO, O TRABALHO E O SER SOCIAL PROFESSOR PESQUISADOR

João dos Reis Silva Junior *

Carlos Alberto Lucena **

Não me iludo
Tudo permanecerá
Do jeito que tem sido
Transcorrendo
Transformando
Tempo e espaço navegando
Todos os sentidos...
(Gilberto Gil. *Tempo Rei*)

RESUMO

Este artigo tenta analisar o movimento da dimensão do tempo contemporâneo na sociedade capitalista. A existência da humanidade no presente e suas prerrogativas, utopias, sonhos e desejos aponta o desafio da percepção de um conceito de tempo como uma construção cultural de base materialista. Esses são pressupostos utilizados para uma crítica radical às condições de trabalho na Instituição Universitária Pública Brasileira. A mundialização da economia expressa pelo capital financeiro redefine o conceito de tempo, acelerando-o aos interesses da reprodução desenfreada do capital, impondo processos perversos no cotidiano educacional responsáveis pelo crescimento do estranhamento no trabalho dos professores.

Palavras-chave: Tempo contemporâneo. Mundialização da economia. Intensificação do trabalho. Trabalho docente.

* Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Livre-docente em Educação pela Faculdade de Educação da USP. Professor da Universidade Federal de São Carlos e Senior Research Fellow na Mercer University (GA-US). *E-mail:* joaodosreissilvajr@gmail.com

** Doutor em Filosofia e História da Educação pela Unicamp. Professor na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. *E-mail:* carloslucena@centershop.com.br

ABSTRACT

This article attempts to analyze the movement of the time dimension in contemporary capitalist society. The existence of humanity in the present and its prerogatives, dreams and desires shows the challenge the perception of a concept of time as a cultural construction of base materialism. These are assumptions for a radical critique of working conditions in the Brazilian Public Higher Education Institution. The globalization of the economy expressed by finance capital redefines the concept of time, accelerating it to the interests of uncontrolled reproduction of capital, imposing evil in everyday educational processes responsible for growing estrangement in the work of teachers.

Keywords: Contemporary time. Globalization of the economy. Intensifying work. Teaching.

1 Introdução

Cheiro da flor *Dama da Noite* essência artificial e falsa num fragmento do tempo que corrói o espaço mais recôndito do cérebro humano. Foto em preto e branco de um belo garoto posando com um diploma do quarto ano primário ao lado de um esguio vaso ornamental num cenário fotográfico a lembrar os duros anos sessenta do século XX no Brasil. Uma agenda – “brasil retratos poéticos/brazil poetic portraits”. Lápis, Caneta, CD-ROM, *Palavras e Sinais; Ceticismo Epistemológico, Ironia Complacente*. Telefone, *A personel computer*. “Ouço a ruína de todo o espaço, de vidro quebrado e de paredes que caem, e o tempo, uma lívida flama final”. James Joyce. *Celtic Society in Middle Age. Modernity and British Empire*. Diferentes tempos sobrepõem-se no espaço irlandês. Um espaço e um tempo fugidios do domínio da consciência: um escritório ou uma vida na noite erma. 2 horas e 16 minutos do dia 03 de janeiro do décimo primeiro ano do século XXI. Olhos fixos: sentimento da iminência de identificação entre observador e o objeto observado. Iminência de suspensão¹. Virtualidade concreta de *Blade Runner*.

¹ A vida cotidiana é presa ao senso comum e à superficialidade extensiva. A estrutura da vida cotidiana produz a potência para a alienação humana. O ser social é um ser que dá

No filme *Blade Runner* (1982), dirigido por Ridley Scott, é imageticamente denso o início da película num cenário futurista da Los Angeles no ano 2019, tendo ao fundo, como uma personagem fundamental, a trilha sonora de Vangelis. Esse filme foi objeto de análise de David Harvey em “Condição Pós-Moderna” demonstrando os impactos de uma sociedade caótica existente no futuro acompanhada de sólidos avanços tecnológicos.

A história de *Blade Runner* se refere a um pequeno grupo de seres humanos geneticamente produzidos, chamados “replicantes”, que voltam para enfrentar seus criadores. O filme é situado na Los Angeles do ano 2019 e gira em torno da investigação do “especialista” Deckard, destinada a descobrir a presença dos replicantes e eliminá-las ou “retirá-las de circulação” (como diz o filme) como um sério perigo para a ordem social. Os replicantes foram criados com o propósito específico de trabalhar em tarefas altamente especializadas em ambientes particularmente difíceis nas fronteiras da exploração espacial. Eles são dotados de forças, de inteligência e de poderes que estão no limite, ou até além deles, dos seres humanos comuns.

respostas imediatas aos problemas que o cotidiano lhe põe. Suas respostas encontram-se, portanto, neste mesmo plano, no plano das aparências. No plano da “vida como ela é”. Contudo, esse mundo pode ser visto próximo de como ele de fato é objetivamente, e aí a dialética de Lukács pode mostrar este mundo. Isto exigiria a suspensão da fragmentação e da heterogeneidade do cotidiano aparente, o que implica a incorporação de forma de ser por meio da qual o ser humano, na sua singularidade, alcance a experiência do humano genérico, não “todas as suas forças, mas toda a sua força”, num processo de articulação de todos os fenômenos que constituem seu contexto, que se mostra aparentemente em um fragmento aleatório da realidade. O contexto que lhe cobra resposta imediata já não é mais um fragmento aleatório da realidade, mas algo em que ele vive, sente e entende suas relações com ele, bem como as razões de suas necessidades e as práticas que põem em movimento em face destas necessidades. Este momento é denominado pelo filósofo húngaro como um *momento de suspensão* do cotidiano. Lukács indica três atividades humanas como possíveis de serem as principais vias para a suspensão: o trabalho criador (não alienado, portanto), a ciência (aqui tomado como processo de desantropomorfização da realidade) e a arte (um processo antropomorfizador, referente à construção da autoconsciência humana) (cf. LUKÁCS, 1974 e 1979).

A figura do simulacro do humano é muito refinada no filme. Ele é produzido socialmente por meio de alta tecnologia, desta forma refinada por demanda da própria forma de reprodução social mostrada no livro e com estética impecável no filme. A primeira década dos anos 2000 parece mostrar uma realidade muito parecida com os filmes de ficção da década de 1980. Historicamente, trata-se de um instante. Contudo possível em razão da intensa compressão do espaço e do tempo para alargada forma de reprodução do capital. Destaca-se que a busca da sociabilidade atual em geral, mas especificamente na universidade, nos faz algo parecido com um simulacro do ser humano em nosso trabalho organizado de fora da instituição, em prática heterônoma de gestão, que nos impõe normas e ritmos de trabalho semelhantes aqueles a que somente um robô cibernético poderia fazer como no filme de Ridley Scott. Igualmente chama a atenção a busca mortal dos replicantes pelas respostas que são feitas pela humanidade desde há muito. A filosofia grega nos traz filósofos que buscaram responder a elas. No final todos queremos saber o sentido de nossas vidas em meio a um trabalho com o qual, de forma predominante, não nos reconhecemos e sofremos por isso, o que nos impele à busca da superação deste estranhamento de nós mesmos.

[Os replicantes] também têm sentimentos; somente assim, ao que parece, podem adaptar-se à dificuldade de, em suas tarefas, fazer julgamentos que correspondam aos requisitos humanos. Porém, temendo que eles possam em algum momento representar uma ameaça à ordem estabelecida, seus fabricantes lhes deram um tempo de vida de apenas quatro anos; quando escapam ao controle durante esses quatro anos, é preciso “retirá-los”. Mas fazer isso é tão perigoso quanto difícil, justamente por causa de sua capacidade superior. Deve-se observar que os replicantes não são meras imitações, mas reproduções totalmente autênticas, indistinguíveis em quase todos os aspectos dos seres humanos. São antes simulacros do que robôs. Foram projetados como a forma última cibernética: força de trabalho de curto prazo, de alta capacidade produtiva e grande flexibilidade (um exemplo perfeito de um trabalhador que possua todas as qualidades necessárias à adaptação a condições de acumulação flexível). Mas, como todos os trabalhadores diante da ameaça de uma vida de trabalho encurtada, os replicantes não aceitam felizes as restrições do seu curto tempo

de vida. Seu propósito ao procurar os fabricantes é tentar encontrar meios de prolongar sua vida, infiltrando-se no coração do aparelho produtivo que os fez e, ali, persuadindo ou forçando os seus criadores a reprogramarem sua estrutura genética. [...] Revoltados com suas condições de “trabalho escravo” (como Roy, o líder, o denomina) e buscando prolongar seu tempo de vida, quatro replicantes chegam a Los Angeles, lutando e matando, cidade em que o “blade runner” Deckard, um especialista em métodos de detecção e retirada de replicantes que escapam, é convocado a tratar deles (HARVEY, 1989, p. 277-278).

É notável a intensidade dos debates que se desenvolvem em seu interior. Ali são apresentados debates sobre a vida, a existência em condições precárias acompanhada de sólido avanço tecnológico. Harvey (1989) recupera o debate entre os humanos e os replicantes:

Seu projetista, Tyrell (chefe de um vasto império corporativo com esse mesmo nome), diz a Roy, o líder dos replicantes, que termina por penetrar no centro de tudo, que os replicantes têm uma recompensa mais do que adequada para a brevidade de sua vida – afinal vivem com a mais incrível intensidade. “Aproveite”, diz Tyrell, “uma chama que queima com dupla intensidade vive a metade do tempo (...)” (HARVEY, 1989, p. 277-278).

O filme tem forte apelo filosófico. O diálogo acima demonstra matrizes epistemológicas inspiradas pelo pensamento de Rousseau, especialmente quando, na obra “Emílio ou da Educação”, discerne sobre a vida e a morte ao afirmar que, por maiores precauções que o homem tome, ele terá, contudo, que morrer. A vida consiste em ações concretas que dão sentido à existência humana. O homem que mais vive não é aquele que conta maior número de anos e sim o que mais sente a vida.

Harvey (1989) reflete sobre a existência dos “Replicantes” demonstrando que eles existem e se movem em um espaço com uma fluidez responsável por um grande arcabouço de experiências vividas em curto tempo. Sua existência é equivalente a diferentes aspectos de tempo e ao espaço das comunicações globais instantâneas. O filme aponta uma Los Angeles caótica, com paisagem decrépita de desindustrialização e

decadência pós-industrial, lixo, chuva ácida, infraestrutura em estado de desintegração, que torna suaves os caldeirões e as pontes destroçadas da Nova Iorque contemporânea. Brigas de *punks* e catadores de lixo no meio da rua são exemplos de desagregação social.

O caos de signos, de mensagens e significações concorrentes, sugere, no nível da rua, uma condição de fragmentação e incerteza que acentua muitas das facetas da estética pós-moderna [...] O caos é tolerado, justamente porque parece pouco ameaçador para o controle geral. Há por toda parte imagens de destruição criativa. Elas estão mais fortemente presentes, com efeito, na figura dos próprios replicantes, criados com poderes maravilhosos só para serem destruídos prematuramente e com certeza “retirados” caso se envolvam de fato com seus próprios sentimentos e tentem desenvolver suas próprias capacidades à sua maneira. [...] Procurar replicantes depende de certa técnica de interrogatório, que se baseia no fato de eles não terem uma história real; afinal, eles foram criados geneticamente como adultos crescidos, faltando-lhes a experiência de socialização humana (...) A questão-chave que expõe um dos replicantes, Leon, é: “Fale-me de seus sentimentos com relação a sua mãe”. Ele responde: “Deixe-me falar sobre a minha mãe” e atira em quem faz a pergunta. Mas, antes de morrer, Roy conta parte dos prodigiosos eventos de que participou e das coisas que viu. Ele verbaliza sua raiva por sua condição de cativo e a perda que permite que toda a sua incrível intensidade de experiência seja “levada pelo tempo como lágrimas na chuva”. Deckard reconhece o poder dessas aspirações; os replicantes, reflete ele, são bem iguais à maioria de nós. “Eles querem simplesmente saber de onde vêm, para onde vão e quanto tempo têm”. *Blade Runner* é uma parábola de ficção científica em que temas pós-modernos situados num contexto de acumulação flexível e de compressão do tempo-espço, são explorados com todo o poder de imaginação que o cinema pode mobilizar. O conflito ocorre entre pessoas que vivem em escalas de tempo distintas e que, como resultado, vêem e vivem o mundo de maneira bem diferente. Os replicantes não têm história real, mas talvez possam fabricar uma; a história foi, para todos, reduzida à prova da fotografia (HARVEY, 1989, p. 278-281).

Apesar do impacto emocional causado por esse início cinematográfico que arrebatava um ser humano sensível, chama a atenção outra personagem igualmente intensa da obra: o modo de vida ali produzido pelo diretor. Este pressuposto, tão forte e central em um filme com cenário futurista, nos remete às reflexões de Marx e Engels sobre as mediações entre história, ciência, tecnologia e existência humana. Materializam-se no presente processos sociais expressos de relações históricas construídas no passado. Os movimentos ali apresentados não implicam em uma negação total do passado. Eles são a síntese das contradições expressas no passado. Neste processo contraditório, reproduzem a si mesmos e a toda espécie humana e suas contradições. A contribuição de Marx nos parece essencial: a anatomia do homem é a chave para a compreensão da anatomia do macaco.

No filme há transeuntes aparentemente ausentes do que se passa a sua volta, trajando figurinos ecléticos ou sincréticos, mas que indicam uma unidade de grupos, podendo-se até inferir que são membros de tribos urbanas diferenciadas. Andam de forma frenética em meio à multidão como a buscar o dia de amanhã e depois de amanhã sem um propósito. Esse processo nos remete às reflexões de Agostinho em o Livro XI de Confissões referentes à noção de tempo e o sentido da vida.

Se existem coisas futuras e passadas, quero saber onde elas estão. Se ainda não posso compreender, sei, todavia que em qualquer parte onde estiverem, aí não são futuras nem pretéritas, mas presentes. Pois se também aí são futuras, ainda lá não estão; e se nesse lugar são pretéritas, já lá não estão. Por conseguinte, em qualquer parte onde estiverem, quaisquer que elas sejam, não podem existir senão no presente. Ainda que narrem os acontecimentos verídicos já passados, a memória relata não os acontecimentos que já decorreram, mas sim as palavras concebidas pelas imagens daqueles fatos os quais, ao passarem pelos sentidos, gravam no espírito uma espécie de vestígios. [...] A maior parte das vezes premeditamos as nossas ações futuras e essa premeditação é presente, ao passo que a ação premeditada ainda não existe, por que é futura. Quando compreendemos e começamos a realizar o que premeditamos, então nossa ação existirá, porque já não é futura, mas presente. De qualquer modo que suceda esse pressentimento oculto das coisas futuras, não podemos ver senão o

que tem de existência. Ora, o que já não existe não é o futuro, mas presente. [...] *O que agora claramente transparece é que nem há tempos futuros nem pretéritos. É impróprio afirmar que os tempos são três: pretérito, presente e futuro. Mas talvez fosse próprio dizer que os tempos são três: presente das coisas passadas, presente das presentes, presente das futuras* (AGOSTINHO apud BRUNI, 2007, p. 13, grifos nossos).

Santo Agostinho indica a questão central do tempo e da existência. Todo ser humano em qualquer estágio da espécie humana sempre viveu, e enquanto a espécie existir, sempre viverá no presente. Aqui e Agora. Todo ser social parece ser a síntese dialética do passado que carrega e a potência de seu devir em contexto histórico presente, em que tempos históricos diferentes se sobrepõem a produzir a cultura daquele presente. Cultura que na prática social cotidiana é apropriada e objetivada, reproduzindo cada ser social e a própria espécie humana aqui e agora.

A existência da humanidade no presente e suas prerrogativas, utopias, sonhos e desejos aponta o desafio da percepção de um conceito de tempo como uma construção cultural de base materialista. Essa concepção é fundamental na obra de Ridley Scott. É nesse sentido que o filme demonstra uma cidade noturna, preta, repleta de diferentes luzes neons e chuva intensa, induzindo-nos a muitos significados e signos, que nos atrapalham a compreensão da organização social, urbana, dos espaços, do tempo dos processos de reprodução social naquele momento histórico produzido pela ficção. Ficamos estáticos diante de tanta heterogeneidade, fragmentação e uma beleza artificial perfeita, provavelmente o que nos impede alcançar a compreensão imediata dos fenômenos que vemos, por meio do estabelecimento dos nexos existentes entre eles. Perplexos, apenas admiramos a ausência aparente da dimensão humana e, por conseguinte, da racionalidade dos processos de reprodução social.

A heterogeneidade, a fragmentação, o tempo frenético do cotidiano impedem em geral a consciência dos tempos que o ser humano incorpora e objetiva, e produz a si e a própria espécie. A ausência desta autoconsciência da incorporação dos diferentes tempos coexistentes – a cultura – produz

um *estranhamento*² do que o ser humano faz, do mundo em que vive – uma epifania para ele – e, especialmente, estranha a si mesmo e sofre diante do sentido que não alcança nas suas atividades humanas.

Na película é monumental a passagem em que os andróides buscam o criador no alto de um edifício de incontáveis andares futuristas. Os pressupostos metafísicos se confundem com o científico, apresentando inspiração platônica defensora de que o conhecimento está no homem e, ao mesmo tempo, além dele. Seria o “mundo virtual” um espaço do real, questionam-se nos debates filosóficos e as personagens do filme. O mundo virtual, expressão do trabalho do humano, não se constituiria em uma expressão da natureza transformada pela ação humana manifesta em sentidos e significações? O debate sobre o mundo virtual não se explicaria como desdobramento do trabalho em sua dimensão concreta e abstrata?

Mas, no mundo da ciência, materializa-se a separação entre o saber e o fazer. Em meio aos transeuntes existentes em um mundo vazio e sem sentido preenchido por visões e projetos de sociedade que não são os seus existe uma sociedade manifesta por projetos sociais expressos pela mundialização do capital com envergadura até então desconhecida do outro lado da tela. Um processo em que, ao se acelerar a velocidade reprodutiva do capital, concomitantemente se comprime o tempo na sociedade capitalista³.

² Para Lukács, o *estranhamento* não é uma condição imanente ao ser humano, tampouco tem a natureza de universalidade. Sua gênese se dá no movimento da práxis social. O *estranhamento* é uma prática reversa da esfera social em que o indivíduo objetivou o pôr teleológico. É, contudo, uma práxis desumanizadora posta pela sociedade capitalista. É um acontecimento ontológico. O *estranhamento* jamais foi considerado por Lukács como condição a-histórica. O oposto é afirmado por ele. Trata-se de condição produzida historicamente que assume formas específicas ao apresentar-se em específicas conjunturas históricas. Por conseguinte, não é uma condição autônoma. Sempre que se torna concreto e palpável tem sua origem na economia do capitalismo e se encontra de forma indissociada e articulada às forças produtivas e do modo de ser das relações de produção. Por outro lado, “esse *estranhamento* é a indicação de que nele ainda existe capacidade de reação, de que a sua história está longe de ter sido cabalmente contada” (FURTADO, 2008, p. 211).

³ Estas reflexões ganham ênfase com a problematização do sentido do trabalho e, conseqüentemente, a construção do tempo na sociedade capitalista. Marx contribui com essa discussão problematizando, através da história, a subdivisão do tempo de trabalho em tempo de trabalho necessário e excedente. Nas formações sociais anteriores ao capitalismo, o trabalho excedente se relacionava às necessidades de vida humana, havendo, com

Estes são fundamentos responsáveis pela problematização do sentido da vida dos personagens apresentados em *Blade Runner*. Intrigados, passamos a observar o *modus vivendi* daqueles que ali parecem sobreviver. A construção que fazemos no âmbito de nossa consciência, que já sofreu o impacto do filme, resulta de nossa observação e percepção das cenas. Os nexos estabelecidos por esta via tornam-se construção mecânica limitada pela aparência e pelo imediato, pois observamos os seres humanos tão somente no que fazem para conseguirem o que desejam para sobreviver naquele contexto, num presente eternizado, isto é, num presente que não condensa em si o passado e parece não se pôr como potência do devir. A cena é bela e aterradora, pois seres humanos como nós ignoram os semelhantes à sua volta e parecem adaptados ao ambiente. O processo de conhecimento ali produzido nas práticas sociais não alcança um horizonte além do fenômeno. A verdade é a utilidade para cada um. Em meio à barbárie são individualistas e impassíveis diante do que se lhes apresenta. A vida não vale. O humano resiste apenas e desaparece da condição de sujeito dos que ali lutam contra si.

O futuro da humanidade entra em discussão. O evolucionismo mecanicista é negado por um futuro demonstrado como presente. O “admirável mundo novo” de conquistas humanas inevitáveis é negado e

isso, a predominância do valor de uso da produção como desdobramento da relação da humanidade com a natureza. Com a produção capitalista essa relação toma novos contornos. O trabalho excedente e o trabalho necessário são entendidos como um processo único na constituição e desdobramento da jornada de trabalho. Esta afirmação é fundamental para a problematização da relação entre o tempo e a constituição da teoria do valor capital. A jornada de trabalho materializa o tempo de trabalho ao qual se produz o valor excedente que vai além do salário do trabalhador, condição fundamental para a problematização do sentido do trabalho excedente. O interesse do empresariado no aumento da jornada de trabalho se explica pela busca contínua do aumento do trabalho excedente, pois são nas suas fronteiras que ocorrem os processos de valorização do capital. Não nos esqueçamos da contribuição marxiana defensora da constituição do valor de uma mercadoria como desdobramento da medida do tempo responsável pela constituição do trabalho constituinte dessa mesma mercadoria. Estas afirmações são fundamentais para a problematização do sentido do tempo na sociedade capitalista. O tempo social inerente à sociedade capitalista não garante a emancipação humana, ao contrário, é desdobramento de um processo estranhado do trabalho. O controle do tempo socialmente útil elaborado a partir de uma lógica do trabalho para além dos processos de valorização do trabalho se apresenta como um grande desafio para a humanidade.

criticado. Se por um lado, pela ciência, mistérios da natureza são desvendados, por outro, todos os benefícios dessas conquistas não se materializam no conjunto da sociedade. A humanidade avança tecnologicamente, mas não socialmente. Por que estes tempos diferentes? Isso nos remete a uma discussão implacável no âmbito das ciências humanas, cuja pergunta parece ser simples, mas a resposta não o é: as possibilidades e limites da problematização e potencialização do desenvolvimento de uma sociedade através da história.

Procurando encontrar algum sentido no que nos choca e compreender esses seres e suas relações num nível mais profundo, verifica-se que os processos de reprodução social das formas de sobrevivência daqueles seres sociais são permeados quase que exclusivamente pela utilidade comezinha. O critério que orienta e preside suas práticas, no imediato, é a utilidade para sua sobrevivência. Num primeiro momento é difícil apreender o que, de maneira mediada, as preside.

A prática social vista na cotidianidade dos seres humanos numa metrópole como São Paulo apresenta as mesmas características anteriormente indicadas por meio da ficção. A heterogeneidade, a fragmentação, a impossibilidade do estabelecimento de nexos entre os fenômenos que estão presentes em nossas práticas cotidianas e a necessidade de dar respostas imediatas às demandas postas pela objetividade social marcada pela compressão do espaço e do tempo nos impedem de assumir como critério de nossas ações a verdade histórica. Em lugar dela colocamos a verdade pragmática. Os sujeitos tendem, assim, a reproduzir somente as relações sociais de dominação ao se apropriarem da objetividade social e ao objetivarem suas metas estabelecidas momentaneamente. Será a história ou a utilidade, a forma histórica ou sua substância de mesma natureza. Einstein e a Teoria da Relatividade ou o relativismo absoluto da verdade sem correspondência com a realidade. Somente um fragmento aleatório eternizando o presente apreendido pelas nossas consciências. Assim pareceu-nos a última década do século passado e a primeira do século que se inicia, ambas premidas especialmente pela compressão do espaço e do tempo na prática social, porquanto naturalizado pelo ser social.

Harvey (1982, p. 345), em seu livro *Condição Pós-moderna*, escreve

sobre o tempo e o espaço e sua base material, e para quem, no medievo, “os mercadores [...] ao construírem uma melhor medida do tempo” para a organização dos negócios, realizaram uma “modificação fundamental [...] na realidade, uma mudança do próprio tempo”, produziram uma nova cultura. Nela seus principais traços podem ser simbolizados “[...] pelos negócios e sinos que chamavam os trabalhadores para trabalhar e os mercadores para comerciar [...]”. Harvey conclui seu argumento sobre o tempo afirmando que as medidas do tempo e do calendário “produzidas pelas ordens monásticas” foram incorporadas pela burguesia nascente para disciplinar o trabalho explorado nas cidades medievais “em termos de uma disciplina de trabalho bem secular recém-descoberta”. Assim, “anunciavam a vitória de uma nova ordem cultural e econômica” e um novo tempo se sobrepunha ao tempo do medievo.

Processo que, segundo ele, atingiria afastados dos ritmos “naturais” da vida agrária e divorciados das significações seu ápice na atualidade, a que nominou Acumulação Flexível (HARVEY, 1982, p. 141), marcada, sobretudo, pela compressão do espaço e do tempo, comprimindo a vida na sua estrutura cotidiana por meio de sua fragmentação, heterogeneidade, impossibilidade de práticas mediadas e superficialidade derivada das características anteriores. Na prática, isso possibilitou pôr a utilidade como critério de verdade e não a história. Aqui o processo de reprodução social coloca o tempo contra si e provoca a intensificação do *estranhamento* para o ser social. Mas o tempo é histórico e uma construção cultural que por meio de nossa prática cotidiana incorporamos e reproduzimos segundo nossa subjetividade construída pelo conjunto de práticas sociais superpostas ao longo de toda nossa história de vida.

É por isso que estamos entre aqueles que negam o entendimento do presente sem o passado e passado sem o presente, em outras palavras: *o fim da história*. A história é uma construção humana passível de ser superada apenas com o fim da própria humanidade. A problematização da história e, conseqüentemente, a constituição da complexidade do tempo em seu interior são fundamentos para o entendimento essencial daquilo que a sociedade é, manifesta em relações de poder, dominação e exploração do homem sobre o homem.

Para Marx, a história não é nem unilinear nem evolutiva; e muito menos

cronológica. Fundamentalmente, a historicidade do capitalismo é dada pelo caráter essencialmente antagônico das suas categorias. Por isso é que há ocasiões em que a história parece precipitar-se, num ritmo que sobrepassa o andamento cronológico e em direções radicalmente novas. Ocorre que, de fato, ela se acelera, conforme se agudizam e explicitam as contradições de classes. Reciprocamente, há ocasiões em que a história parece adquirir outro andamento, mais lento. Isto também está relacionado ao caráter, à extensão e a profundidade das contradições de classe. Em outro nível, em nível estético, pode-se dizer que nas análises de Marx há tempos dramáticos e tempos épicos. [Ambos históricos e culturalmente produzidos pela ação humana] (IANNI, 1987, 40).

Toda essa dinâmica social expressa as relações do presente na problematização da totalidade das relações sociais do seu tempo. Um presente prenhe de diferentes e condensados tempos históricos que superpostos são incorporados e objetivados pelo ser humano que se transforma e transforma a objetividade social em que vive e reproduz a si, estranha a si e reproduz a sociedade em seu conjunto. Uma sociedade que se apresenta com contradições e seus fatos no cotidiano mais se parecem com uma epifania aos olhos da maioria dos seres sociais que assim existem em determinadas condições de produção da vida. Com efeito, tanto as relações sociais apresentadas no filme de ficção científica *Blade Runner*, como as abstrações possíveis de se realizar pelo cotidiano de vida de cidade de São Paulo, Brasil, explicam-se em um contexto maior, ou seja, a mundialização do capital, as transformações no tempo na sociedade capitalista e a formação humana.

2 Os constrangimentos da instituição universitária pública

A nova configuração do capitalismo que se inaugura nos anos 1970 transcende a internacionalização da economia: trata-se de sua mundialização. Segundo François Chesnais (1996), existem três dimensões principais para a realização desse processo: intercâmbio comercial, investimento produtivo no exterior e fluxos de capital monetário, ou capital financeiro. O autor acrescenta que “as relações entre essas três

modalidades de internacionalização devem ser buscadas ao nível das três formas ou ciclos da movimentação do capital, definidos por Marx: o capital mercantil; o capital produtor de valor e de mais-valia; o capital monetário ou capital-dinheiro” (CHESNAIS, 1996, p. 51).

Citando Charles-Albert Michalet, Chesnais afirma que essa abordagem permite mostrar a passagem da internacionalização da economia, com base no comércio exterior e nos fluxos de capital monetário e financeiro, para a economia mundializada, por sua vez ancorada na mundialização do capital produtor de mais-valia. O aumento do investimento externo direto (IED) e as consequências qualitativas daí derivadas na reorganização das economias nacionais e mundial, especialmente nas grandes corporações transnacionais provocam uma mudança no paradigma tradicional.

Segundo Michalet, citado por Chesnais (1996, p. 52),

no paradigma tradicional, o capital produtivo fica colocado por fora da mundialização do capital. A transformação da economia internacional em economia mundial coincide com o fim dessa dicotomia. A mundialização do capital produtivo torna-se parte integrante da mundialização do capital. [...] Mais exatamente, torna-se o centro dela.

Na década de 1980, especialmente em seu início, a mundialização do IED sofreu significativo aumento. No entanto, para além dos aspectos quantitativos do IED na economia mundial, seus aspectos qualitativos parecem realmente colocá-lo no centro da mundialização do capital. Para Chesnais (1996, p. 54), citando Henri Bourguinat, são quatro as principais razões:

Em primeiro lugar, diferentemente do comércio exterior, o IED “não tem uma natureza de *liquidez* imediata [...] ou diferida [...]”. Não se reduz a uma transação pontual. ... Sua segunda característica é introduzir uma “dimensão intemporal” de grande importância, pois a “decisão de implantação dá origem a fluxos (produção, comércio, repatriação de lucros) que se estendem, necessariamente, por vários longos períodos”. A terceira particularidade é “implicar transferências de direitos patrimoniais e, portanto, de poder econômico, sem medida comum à simples exportação”. “Por último”, diz Bourguinat, “existe

um *componente estratégico* evidente na decisão de investimento da companhia. Não somente seu horizonte é sensivelmente mais amplo, como também as motivações subjacentes são muito ricas [...] a idéia de penetração, seja para depois esvaziar os concorrentes locais, seja para “sugar” as tecnologias locais, [e a produção de conhecimento em lugares além da sede da corporação mundial] faz parte desse aspecto “estratégico” do investimento direto e, geralmente, está inserido num processo complexo de tentar antecipar as ações e reações dos concorrentes” (grifo do autor).

Nesse contexto de mundialização da economia, tendo como estratégia central não mais o comércio exterior e o capital financeiro, mas antes o capital produtivo por meio do IED nos moldes acima examinados por Chesnais e Bourguinat, emerge um novo paradigma de empresa, com novas estruturas corporativas, novas formas organizativas e de gestão, assentadas em nova base produtiva, possibilitadas, nesse último caso, pelas atuais tecnologias produzidas no âmbito da terceira revolução tecnológica. Afirma Chesnais (1996, p. 59-60), citando Michalet, a emergência de “multinacionais de novo estilo”, em cujo centro encontra-se a estratégia tecno-financeira

[...] de internacionalização baseada nos ativos intangíveis da companhia, **no seu capital humano**. E Michalet precisava: “A estratégia tecno-financeira é o resultado de uma evolução das atividades das companhias no exterior, passando da produção material direta para o fornecimento de serviços. **A base de sua competitividade está alicerçada na definição de um know-how e na P&D.** Ela tentará valorizar essa vantagem em todos os setores onde for possível aplicar suas competências tecnológicas. Com isso, ela tenderá a sair do seu setor de origem e diversificar-se em modalidades totalmente originais. Sua nova força reside em sua capacidade de montar ‘operações complexas’, [que] irão exigir a combinação de operadores vindos de horizontes muito diferentes: **empresas industriais, firmas de engenharia, bancos internacionais, organismos multilaterais de financiamento. Destes, uns serão locais, outros estrangeiros,**

outros terão estatuto internacional” (grifos nossos)⁴.

Citando Dunning (1988), Chesnais (1996, p. 77) complementa que essas corporações teriam em seu centro identitário a “natureza e forma das relações que estabelece com outras empresas” e outras instituições fora da esfera econômica. No atual contexto da economia mundializada, ainda que o IED seja o centro dessa nova ordem econômica, a força do capital monetário ou financeiro faz-se presente na estruturação do novo paradigma corporativo acima descrito. O capital financeiro torna-se hegemônico e o monetarismo assume o lugar da macro-gestão econômica em nível mundial, influenciando largamente as estruturas das grandes companhias mundialmente organizadas e dos Estados nacionais e as instituições republicanas, com destaque neste projeto para a instituição universitária pública, tornando altamente instáveis as sociedades nacionais, manifestando, ao mesmo tempo, o crescimento da irracionalidade no planeta.

Do afirmado acima, pode-se depreender que as fronteiras entre lucro e renda tornam-se cada vez mais fluidas, com consequências cada vez mais fortes para a consolidação do novo paradigma organizacional das grandes corporações em nível mundial, obrigando-as ao estabelecimento de relações mais consolidadas com outros grupos, empresas de variados portes e com instituições outras em nível planetário.

Do que se pôde apreender acerca da forma como se estruturam e se organizam as empresas multinacionais de novo estilo ou as grandes corporações mundiais, elas:

- 1) atuam em nível mundial;
- 2) repassam aos seus fornecedores elementos da concepção e fabricação de componentes dos produtos, juntamente com *know-how* tecnológico, organizacional, gerencial, de processos de reengenharia, *know-how* de gestão de qualidade, etc., guardando a *core organization* para a corporação ou empresa multinacional de novo estilo (**conhecimento**

⁴ Vale ressaltar, neste ponto do texto e com base na afirmação de Chesnais, que a mundialização de capital impõe de forma estrutural reformas institucionais, um novo pacto social e nova sociabilidade para estável governança.

objetivado em favor do capital). Promovem e financiam a transformação dos fornecedores. Constituem, a partir daí, uma relação de parcerias que lhes proporcionam vantagens, não por meio da comercialização de seus produtos (p. ex., descontos em componentes de seus produtos por tempo indeterminado, **apropriação de produto de pesquisas realizadas em instituições no âmbito econômico ou em institutos de pesquisa e instituições universitárias**), mas de seu *know-how* nas diversas áreas de trabalho, vascularizando o processo e tornando-se mais rentáveis;

3) desenvolvem atividades de *rental service*;

4) reestruturaram-se, nos anos 1980, por meio do IED;

5) estabelecem, por meio de parcerias, compras, fusões e *joint-ventures*, redes, buscando obter vantagens em suas relações com as outras empresas, organizações e instituições governamentais, universidades – estas, de forma acentuada no segundo mandato de governo do presidente Lula e em continuidade no governo da presidente Dilma Rousseff.

As empresas multinacionais de novo estilo tornam-se o eixo condutor da economia mundializada, sob a gestão monetária e a hegemonia do capital financeiro. Este último parece produzir nova geoeconomia da produção de valor. Este atravessa e põe-se em torno do capital produtivo mundializado. Sua rentabilidade mundial é o objetivo maior. Como já visto, as corporações buscam vantagens predominantemente nas relações com empresas e instituições nacionais, internacionais ou multilaterais. Aqui se encontra a origem das reformas institucionais públicas realizadas nas décadas de 1980 e 1990.

Neste contexto do *Brasil em Reforma*, as universidades públicas são colocadas em posição estratégica neste processo. A autonomia universitária em geral, especificamente a científica, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão gradativamente passam a ter sustentação numa equação em que a demanda econômica torna-se a diretriz das investigações. Ao governo cabe criar as condições de financiamento e de reconstrução da identidade da instituição universitária para que a universidade se transforme em agência executora de tais demandas. Ressalte-se que esta equação já se vinha verificando em quase uma dezena de países de economia central como se verá mais à frente. E o Estado nacional tem sua soberania ameaçada com potência de *servidão voluntária financeira*.

Por outro lado, ao anunciar a multinacional de novo estilo, Michalet (apud CHESNAIS, 1996, p. 76-77), argumenta acerca dos seus capitais intangíveis, destacando o *capital humano*. Continua ele, afirmando que a “[...] estratégia tecno-financeira é o resultado de uma evolução das atividades das companhias no exterior, *passando da produção material direta para o fornecimento de serviços*” (grifos nossos). Enfatiza Michalet que a contribuição de sua força econômica e de competitividade encontra-se em seu próprio *know-how* e na P&D. Aqui parece estar a chave para o entendimento das práticas institucionais cotidianas da universidade pública: a produção do capital humano e do *estranhamento* do ser social professor das instituições educacionais. Em razão desta diretriz histórica, a educação básica, profissional e superior, com destaque para a pesquisa aplicada, a força de trabalho superqualificada e a produção de conhecimento são centrais. O processo de investigação é cautelosamente administrado pelos processos de avaliação e cronogramas de desembolso do financiamento solicitado pelo professor pesquisador. Nesta prática de pesquisa, ele naturaliza este **tempo**. Mas qual é este **tempo** que se pode culturalmente qualificar?

3 Racionalidade do tempo contemporâneo

A Mobit (*Mobilização Brasileira para a Inovação*) produziu estudo sobre política industrial e de inovação de forma comparativa liderado pelo sociólogo Glauco Arbix, coordenador da Mobit e do *Observatório de Inovações e Competitividade*, sediado no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. O estudo foi encomendado a estes atores e suas mantenedoras pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial e executado pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap).

Segundo Arbix, todos os países

dão à inovação o *status* de fator mais importante de suas estratégias competitivas, engajando atores como o meio empresarial, as universidades e o governo. “Cada um a sua maneira, esses países [Estados Unidos, França, Canadá, Irlanda, Reino Unido, Finlândia e Japão] caminharam para um paradigma em que o conhecimento ocupa

lugar central na reprodução de novas relações econômicas e sociais” (MARQUES, 2008, p. 34).

A preocupação é a de incorporar o que de melhor está sendo feito no mundo. Arbix afirma que

Uma das características marcantes é o lugar atribuído às empresas nessas estratégias. O setor privado tem um papel central. Todos os esforços estão orientados para aperfeiçoar as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação no ambiente empresarial. Há consenso de que é através da empresa que a economia irá movimentar-se e gerar bem-estar econômico. Nos sete países pesquisados as universidades são pressionadas a colaborar. [diz Arbix] “Não se trata de discutir sua autonomia, mas sim a relevância de sua pauta de pesquisa. As universidades são estimuladas a se adaptar às mudanças para ajudar as empresas” (ARBIX *Apud* MARQUES, 2008, p. 34).

Na matéria de Marques (2008) na revista *Pesquisa FAPESP* (2008, p. 34-36), no Brasil, nos últimos 14 anos, ocorre a inter-relação dessas estratégias e ações entre universidade, governo e empresa, e que consiste na perenidade dessas estratégias e ações entre universidade, governo e empresa. Nos dois mandatos de Bush nada mudou em relação aos oito anos do Governo Clinton quanto a este paradigma. Tudo indica a existência de consenso em relação a estas estratégias, mesmo entre partidos e governos muito diferentes ou até antagônicos.

A universidade foi modificada tanto na sua autonomia, quanto em sua organização institucional. Ocorrem transformações no âmbito de sua avaliação e nos critérios usados na “relevância” nas pesquisas desenvolvidas em seu interior. Aqui o tempo decorrente dos novos processo de controle e regulação sociais, acadêmico e econômico se identificam na instituição universitária pública constituindo-se em sua nova cultura a orientar as práticas cotidianas dos professores pesquisadores que as incorporam e reproduzem, contraditoriamente, formando a si mesmos. E, tal qual argumentávamos, começam a ser mais explícitos e muito concretos os processos de *estranhamento* do trabalho docente, do resultado de seu trabalho que, sem significado para o professor da universidade, não lhe faz

sentido. Uma das decorrências mais frequentes deste processo tem sido o ampliado e intensificado processo de adoecimento dos docentes.

Nestes países, como se pôde inferir, a formação de intelectuais em sentido estrito deverá ser ínfima, pois estas universidades formariam predominantemente profissionais cujas ações e sociabilidade estão voltadas para a empresa, tomadas como a ponta de lança para o crescimento econômico. *Neste ponto, pode-se dizer que Hayek, que defendia que todas as atividades humanas deveriam ser orientadas pela lógica mercantil, tem suas teses concretizadas na universidade, em que o intelectual típico da universidade não mercantilizada cede lugar ao professor pesquisador profissional. Neste movimento o professor em sua prática institucional transforma o seu ser social no processo de incorporação e objetivação da cultura que hoje preside a universidade pública no Brasil.* Em depoimento a Sguissardi e Silva Júnior (2009) um professor de uma universidade da região sudeste brasileira revelou a dimensão cultural e econômica do tempo e a modificação da ciência e do ser social pesquisadores:

Meu orientador teve os seus defeitos, mas teve enormes qualidades, *ele me ensinou que ciência não se faz com pressa! Ciência não se faz por encomenda! Ciência não se faz com horário marcado! E esse é o modelo de hoje.* Hoje um aluno tem que entrar... com dois anos pra fazer mestrado, ele tem que fazer o curso, cumprir os créditos, fazer o projeto, realizar e executar o projeto, escrever a sua tese e escrever um trabalho pra publicar em revista de nível internacional e não sei o quê. Em dois anos! Quer dizer que você tem que publicar um trabalho em quatro anos que é o doutorado. Aí são dois trabalhos publicados. Então isso tem feito o quê? Tem feito cair a qualidade da ciência. – Aí a paixão se torna um pouco droga, porque o humano tem limite. O humano tem limite com certeza [...] Foi uma coisa que o meu orientador me ensinou e o primeiro que me ensinou isso foi meu pai. *Meu pai, no dia que eu decidi e falei pra ele como que era o curso de Ciências Biomédicas (meu pai é formado pela Escola Politécnica da França): “Olha, você vai fazer pesquisa, não vão te passar uma letra. Quando você for fazer ciência faça tudo pra você provar, você provar que você está errada! Caso você não consiga, você talvez diga que você estava certa”.* É uma atitude totalmente diferente da

de hoje em que eu sou obrigada, eu sou obrigada! A Fapesp me obriga, o CNPq me obriga, a Finep me obriga, todas as financiadoras obrigam que você tem que publicar um trabalho dentro de dois anos e pouco, dentro de um ano, dois trabalhos por ano, três trabalhos por ano. E as revistas valem peso. E esse é um outro questionamento que eu faço, porque se exige publicação internacional. O interesse dos problemas internacionais não são os nossos interesses, absolutamente não são! Então, quando me obrigam a publicar num Qualis não sei das quantas nos EUA ou na Europa, eu estou publicando, mas estou resolvendo problemas deles! E não da realidade nossa. Então isso é uma distorção gravíssima no meu modo de ver, porque obriga você a fazer ciência pra eles e no tempo deles, eu me questiono aqui o tempo todo: “O que adianta você publicar 20 trabalhos lá na América, lá na revista lá em cima? O que isso trouxe de benfeitoria pro Brasil? Pro povo brasileiro?”. É isso que eu quero saber!

O tempo da produção da ciência, da formação do pesquisador e do processo de trabalho de investigação é marcado pela racionalidade econômica e provoca o *estranhamento* do professor pesquisador em relação ao seu trabalho, ao produto de seu trabalho e em relação a si mesmo. Por outro lado, existimos objetivamente na relação com o contexto de nosso tempo histórico e existimos no plano de nossa consciência como resultado de nossa percepção, de nossos sentidos e do processo de conhecimento sistematizado ou não. Isto produz uma distância entre estes dois pólos: a existência objetiva e a representação em nossa consciência. Quanto maior for esta distância, maior será a possibilidade de nos frustrarmos em nossas práticas cotidianas. Na universidade, maior a possibilidade de nos estranharmos a nós mesmos em razão dos tempos acadêmicos, empresariais, sociais e os da esfera privada de cada professor se encontrarem de superpostos no cotidiano e condensadamente formando a nova cultura desta instituição republicana.

Esta dimensão de “migração” do “tempo da produção” para o “tempo científico” e para o “tempo da vida” requer severa crítica em termos da problematização do sentido da produção de mercadorias sob a lógica da reprodução do capital. O tempo da produção toma uma dimensão

de eficiência de cunho fetichista, omitindo os projetos e visões de mundo da classe social responsável por sua elaboração. Itsvan Mészáros em “O desafio e o fardo do tempo histórico” contribui para essa reflexão. O tempo de vida, tanto dos indivíduos como da humanidade, subordina-se ao imperativo do tempo reificado do capital, desconsiderando as suas consequências. Os desdobramentos da reprodução sociometabólica do capital implicam em uma degradação do tempo, visto que a condição objetiva para a autoexpansão do capital implica na exploração crescente da exploração do tempo trabalho. “O capital, portanto, deve tornar-se cego com relação a todas as dimensões do tempo diversas da dimensão relativa ao trabalho excedente explorado ao máximo e o correspondente tempo de trabalho” (MÉSZÁROS, 2007, p. 33).

É ainda altamente relevante que o corpo social mais abrangente ao qual os indivíduos pertencem desenvolve historicamente a humanidade, com seu tempo de vida incomparavelmente mais extenso que o dos indivíduos particulares. O tempo histórico da humanidade transcende o tempo dos indivíduos – trazendo consigo a dimensão mais fundamental do valor – mas mantendo-se, ao mesmo tempo, em sentido dialético, como inseparável dele (MÉSZÁROS, 2007, p. 34-35).

Mészáros problematiza a dimensão das mediações e diferenças entre o tempo da humanidade e o tempo dos indivíduos, defendendo que a relevância da discussão se justifica por uma formação objetiva do valor e do contravalor – acrescentamos, do tempo contra o tempo que se reflete na formação do ser social em geral, em particular na formação do ser social professor pesquisador. Apesar de as potencialidades da humanidade serem diferentes das dos indivíduos em virtude da abrangência de ambos, elas só podem se desenvolver com base nas atividades dos indivíduos ligados aos grupos sociais que a compõem. A instituição de valor, baseada na relação objetiva entre a escala temporal radicalmente diferente dos indivíduos particulares e da humanidade é uma parte essencial desse processo de progressão histórica. A contestação do valor é e sempre será um órgão vital do desenvolvimento da sociedade.

O tempo efetivamente dado da história dos séculos XX e XXI alcançou tanto os indivíduos como a espécie. Ainda mais porque algumas tecnologias produtivas poderosas e o uso potencial ao qual elas podem ser postas trazem consigo a necessidade de tomar decisões difíceis e perigosas, que envolvem diretamente a questão do tempo (MÉSZÁROS, 2007, p. 38).

Para Mézáros as diferenças entre os interesses da humanidade e a dos indivíduos manifestam-se nos processos de reprodução do capital imperantes na sociedade. Os desdobramentos inventivos expressos pela ciência implicam em ações de classes sociais que pouco se importam com os desdobramentos de seus inventos. A energia nuclear é um exemplo desta afirmação. O que está em jogo é a reprodução do capital, não importando as ações para isso. O capital se apropria do tempo livre da sociedade construindo imperativos para esse fim. O tempo livre, desprovido de sentido para o capital, deve ser convertido, subvertido, degradado, com o objetivo de submetê-lo, exploradamente, ao imperativo global da acumulação do capital. O contravalor lucrativo deve ditar a medida em consonância com o tipo historicamente dominante da contabilidade do tempo capitalista, em conjunção com a necessidade cada vez mais anacrônica de redução do tempo de trabalho ao mínimo necessário, inseparável da redução alienante dos próprios seres humanos à carcaça do tempo.

A exposição por tempo longo ao *estranhamento* leva ao profundo sofrimento e em consequência ao adoecimento em diversas formas, com ênfase para as relacionadas à saúde mental. Nosso trabalho em vez de fruição torna-se o simulacro da fruição. Traz-nos um falso prazer exatamente como qualquer outro tipo de vício. De pronto nos traz um falso prazer e a médio e longo prazo nos cobra por meio do sofrimento e do adoecimento.

Em outro depoimento, o tempo na construção do ser social professor pesquisador mediado pela sua prática institucional orientada pelo tempo econômico⁵ se apresenta de forma explícita.

⁵ A objetividade do valor econômico está fundada na essência do trabalho como intercâmbio orgânico entre sociedade e natureza e, no entanto, a realidade objetiva do seu caráter de valor vai além deste nexos elementar. A própria forma original do trabalho,

Uma coisa que eu sempre costumo falar *é que a pessoa, quando é pesquisadora, é quase como um distribuidor de droga, porque isso pega. E eu acho que o pessoal que lida com isso sabe dessa verdade, então usa e abusa da gente por causa disso. Porque você só faz ciência realmente se tiver uma paixão fora de série*, porque é uma profissão que exige muito tempo da vida. Exige você sair fora um pouco da sua família porque você não tem um horário de trabalho, o trabalho avança, avança à noite na sua casa. Você leva artigos pra ler, você leva relatório pra ler, você está o tempo todo com a sua cabeça tentando responder aquela pergunta ou aquele questionamento que você está interessado em resolver. *É isso que você faz com paixão*. Eu costumo falar isso para os meus alunos: *“Acabou o trabalho! Não é mais trabalho! É uma paixão” Ou droga também. Pois é, é desse lado da droga, no sentido de que, quando a pesquisa pega em você, fica*

para a qual a utilidade fixa o valor do produto, mesmo que se relacione diretamente com a satisfação da necessidade, põe em movimento, no homem que o realiza, um processo, cuja intenção objetiva – independente do grau de consciência – está voltada para o ulterior desenvolvimento do homem. Desse modo, há, no valor econômico, uma elevação qualitativa com respeito ao valor que já existia na atividade simples, produtora de valor de uso. Temos, assim, um movimento duplo e contraditório: de um lado, o caráter de utilidade do valor adquire uma dimensão de universalidade, de domínio sobre o conjunto da vida humana, e isto acontece ao mesmo tempo em que a utilidade vai se tornando cada vez mais abstrata, na medida em que o valor de troca, sempre mediado, elevado à universalidade e em si mesmo contraditório, assume a função de guia nas relações sociais entre os homens. Sem que com isso se possa esquecer que o pressuposto para a existência do valor de troca é o valor de uso. O elemento novo contraditório, dialético, das determinações originárias, já presentes na gênese e não a sua simples negação abstrata. De um lado, esse desenvolvimento, responsável por formações realmente sociais como o capitalismo e o socialismo, é em si mesmo contraditório, o que é extremamente importante e fecundo: a sociabilidade desenvolvida da produção resulta num sistema imanente, que repousa em si mesmo, fechado em si mesmo, com respeito ao econômico, no qual uma práxis real só é possível na medida em que esteja orientada para finalidades econômicas imanentes e para a correlativa busca dos meios. Com efeito, a expressão *homo economicus* não surge por acaso e muito menos por equívoco; ela representa em termos adequados e plásticos o comportamento imediato do homem em um mundo onde a produção se tornou social. Mas apenas o comportamento imediato. Com efeito, tanto no capítulo sobre Marx, como nas presentes considerações, fizemos questão de deixar claro que não podem existir atos econômicos – desde o trabalho originário até a produção social pura – sem intenção, ontologicamente imanente, voltada para a humanização do homem no sentido mais amplo do termo, ou seja, que diz respeito tanto à sua gênese quanto ao seu desenvolvimento. Essa constituição ontológica da esfera econômica ilumina a sua relação com os outros domínios da práxis humana (LUKÁCS, 1981, p. 74).

muito difícil você abandonar a pesquisa, é muito difícil. Então você suporta as piores condições, porque o prazer de achar algo novo, o prazer de você estar destrinchando, abrindo fronteiras é algo que não tem preço e não tem o que cubra isso, não há dinheiro nenhum que cubra isso, não é? Então você acaba fazendo nas piores condições e, nas piores condições, você continua fazendo (SGUISSARDI; SILVA JÚNIOR, 2009, p. 35).

Essas afirmações apontam grandes desafios para a humanidade. Os processos alienantes do trabalho expressos no filme *Blade Runner*, as relações nas grandes cidades mundiais, a dimensão intensa do sofrimento e mal-estar no trabalho, expressões de uma sociedade mundializada movimentada por crises cíclicas e estratégias de sua superação implicam em desdobramento perversos presentes na breve história do capitalismo.

Mészáros tece considerações sobre esta questão colocando desafios para humanidade na luta pela emancipação social. Uma das conquistas mais importantes da humanidade está na forma do tempo livre potencialmente emancipatório, incorporado ao trabalho excedente produtivamente crescente na sociedade, precondição e tesouro promissor de todo avanço futuro, se libertado do seu invólucro capitalista alienante. Essa conquista, no entanto, foi forçada a vestir *camisa de força* fundamentalmente sufocante *da mais-valia*, sob o corolário do imperativo de reduzir ao mínimo o *tempo de trabalho necessário*, de modo a ser manipulado pela *contabilidade do tempo* não apenas desumanizadora, mas também, em termos históricos, cada vez mais anacrônica do sistema. Isto é o traço central da *nova cultura* da universidade pública atual. A emancipação humana é plausível apenas com base em uma concepção histórica que rejeita não apenas a ideia do *determinismo materialista mecânico*, mas também o tipo de *desfecho da história* filosófico-idealista que encontramos na monumental visão hegeliana do mundo. Porém, essas ações não devem ser naturalizadas. Para Mészáros o que é historicamente criado pelos indivíduos pode ser historicamente mudado por esses mesmos indivíduos. A condição da emancipação passa pelo engajamento dos homens nos processos de superação da sociedade. Nem sempre o tempo histórico dos indivíduos deve conflitar com o da humanidade. É possível também construir a harmonia entre ambos. Para isso, as alternativas viáveis são a construção e um futuro

sustentável da humanidade, condição fundamental para a sobrevivência humana (MÉSZÁROS, 2007, p. 43-49).

As formas estranhadas “do” e “pelo” trabalho relacionam o cenário fictício futurista de *Blade Runner* às condições perversas de trabalho dos pesquisadores apresentadas neste artigo. Ambos são expressões de um “presente futuro” precarizado expresso pela tirania do “reino da necessidade” sobre o “reino da liberdade”⁶. Este processo se explica pela mundialização do capital intensificando os processos de acumulação responsáveis pela aceleração do tempo e o ritmo de trabalho, resultando em condições degradantes para o exercício do trabalho, condição fundamental para o ceticismo e adoecimento de centenas de “professores pesquisadores” nas universidades brasileiras. O entendimento dos “professores pesquisadores” como “trabalhadores” e a luta contra essas condições é um desafio considerável apresentado.

Referências

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

BRUNI, José Carlos. Uma introdução ao presente. In: BRUNI, José Carlos; MENNA-BARRETO, Luiz; MARQUES, Nelson. *Decifrando o tempo presente*. São Paulo: Unesp, 2007. p. 11-23.

⁶ De fato, o reino da necessidade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta: por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita. O selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer as necessidades, para manter e reproduzir a vida, e o mesmo tem de fazer o civilizado, sejam quais forem a forma de sociedade e o modo de produção. Acresce, desenvolvendo-se, o reino do imprescindível. É que aumentam as necessidades, mas ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas para satisfazê-las. A liberdade neste domínio só pode consistir nisto: o homem social, os produtores associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente sem deixar que ele seja a força cega que os domina; efetuam-no com menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana. Mas esse esforço situar-se-á sempre no reino da necessidade. Além dele começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade. É a condição fundamental desse desenvolvimento humano a redução da jornada de trabalho (MARX apud ANTUNES, 1999, p. 173-174).

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã Editora, 1996.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. RJ: Zahar, 1998.

FURTADO, Celso. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

GAMBOA, Sílvio Sánches. *Pesquisa em educação: métodos e epistemologias*. Chapecó: Argos, 2006.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1982.

_____. *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

IANNI, Octávio. *Dialética & Capitalismo*. Vozes: São Paulo, 1987.

LUCENA, CARLOS. *Hayek, liberalismo e formação humana*. Campinas, SP: Alínea, 2010.

LUKÁCS, G. *Estética*. v. 1. Barcelona: Grijalbo, 1974. 368p.

_____. *Ontologia do ser social: Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. 174p.

_____. Trabalho. In: LUKÁCS, G. *Per una ontologia dell'essere sociale*. Roma: Ed. Riuniti, 1981. (Tradução de Ivo Tonet, UFAL, Paraíba)

MARQUES, F. Lições Inovadoras. *Pesquisa FAPESP*, São Paulo, n. 147, p. 34-36, mai/2008.

MARX, K. Grundrisse. In: _____. *Obras Completas: consequências sociais do avanço tecnológico*. São Paulo: Edições Populares, 1980.

_____; ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1º. v. I. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2. ed. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1985.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1º. v. II. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3. ed. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1988.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 3º. v. VI. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 3. ed. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1984.

MÉSZÁROS, I. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou da Educação*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1979.

SGUISARRDI, Valdemar; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. *Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico*. São Paulo: Xamã Editora, 2009.

Data de registro: 14/12/2012

Data de aceite: 19/06/2013